



CÂMARA MUNICIPAL

NOVA LIMA

Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia três de junho de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Verificou-se a ausência justificada do vereador Adilson Moraes Braga. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Solene do dia quinze de maio e a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por treze



votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício 57/2025.

Nova Lima, 03 de junho de 2025. Do vereador Adilson Moraes Braga. Ao Presidente da Câmara. Assunto: justificativa de ausência em sessão plenária. Informa impossibilidade de comparecer à sessão plenária do dia 03 de junho de 2025, em razão de compromisso externo de natureza institucional, surgido de forma imprevista e que demanda sua presença. Ressalta que sua ausência se dá em função de atividades vinculadas ao exercício do mandato, sempre com o objetivo de atender às demandas da população de Nova Lima e contribuir com o bom andamento dos trabalhos da Casa Legislativa. O vereador Danúbio de Souza Machado destacou a situação vivida pelos moradores de Nova Lima quanto ao transporte coletivo da empresa Via Ouro. Relatou que a empresa não pode embarcar nem desembarcar passageiros nas proximidades do BH Shopping, enquanto outras empresas, como o Consórcio Metropolitano e o Consórcio Dom Pedro II, vêm de Belo Horizonte e param livremente no Vila da Serra, no município de Nova Lima. Enfatizou que essa situação revela desigualdade de tratamento, sendo preciso dar ao novalimense o mesmo direito de embarque e desembarque que os moradores de outras cidades vêm utilizando. Com o objetivo de dar uma solução ao impasse, propôs acionar o Ministério Público para que a situação seja esclarecida e a lei seja aplicada de forma igualitária. Convidou todos os vereadores que desejarem a assinar junto o pedido, declarando que dará entrada na representação junto ao MP na próxima quinta-feira, ao meio-dia. Ressaltou o interesse de encontrar uma saída compartilhada, tentando ao máximo evitar a interrupção do serviço de outras empresas, sendo o pedido apenas pelo



direito de embarque e desembarque também para a Via Ouro próximo ao BH Shopping e ao Assaí Atacadista. O vereador Abner Henrique Santana Soares parabenizou o vereador Danúbio pelo envolvimento constante nessa causa e disse que assinará a representação junto ao MP. Lembrou que o prefeito João Marcelo já está tentando o caminho do diálogo, junto ao Consórcio Metropolitano, para encontrar uma solução. Apenas se o caminho do consenso se esgotar, ele considera que o Executivo de Nova Lima, como última saída, poderia apreender os ônibus de Belo Horizonte que param no Vila da Serra irregularmente, exigindo o cumprimento da mesma regra para todos. Citou, como exemplo, que ninguém quer que o Via Ouro embarque em BH, mas o desembarque seria uma situação particularmente importante, principalmente para os nova-limenses que vão trabalhar, estudar ou fazer compras nas proximidades. O vereador Wesley de Jesus Silva sugeriu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Casa, a fim de dar ao Legislativo o poder de investigar a situação junto às empresas envolvidas e ao Governo do Estado. Afirmou daria entrada no pedido para a instalação da CPI, considerando a urgência da situação. A vereadora Viviane Gomes de Matos enfatizou a realidade vivida pelos moradores que dependem do transporte coletivo e disse que a situação revela problemas compartilhados pelas comunidades de Nova Lima e Belo Horizonte. Falou sobre sua parceria com a vereadora Fernanda Altoé, de Belo Horizonte, para encontrar uma solução compartilhada. Enfatizou a importância de se trabalhar junto, considerando tanto o interesse de nova-limenses quanto de belorizontinos, e disse que apoia o pedido junto ao MP. O vereador Nilton da Cruz Oliveira reforçou seu apoio às ações do vereador



Danúbio e afirmou que assinaria a representação ao Ministério Público. Lembrou que a proibição da parada da Via Ouro nas proximidades do BH Shopping dificultou o trajeto de muitos moradores, principalmente de estudantes e pessoas que vêm trabalhar na região. Citou ainda o custo da passagem, que ficou mais barata, sendo preciso assegurar que o usuário tenha acesso ao serviço pelo mesmo valor. O vereador Danúbio de Souza Machado agradeceu o apoio dos vereadores. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.543/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Cria a Semana Municipal de Valorização do Comércio Local e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 2.548/2025, autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Dispõe sobre o direito de acompanhamento durante consultas médicas e atendimentos de urgência e emergência realizados nas unidades públicas de saúde e nas entidades conveniadas, contratadas ou subvencionadas pelo Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 2.549/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre a instituição da Semana Municipal de Valorização das Mães no Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Nilton da Cruz Oliveira, aprovou por treze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.549/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 4) Projeto de



Lei nº 2.550/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Institui o Dia Municipal do Psicopedagogo, a ser comemorado anualmente no dia 12 de novembro, no município de Nova Lima, e dá outras providências”. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro destacou a importância da Psicopedagogia no contexto da educação, principalmente no período pós-pandemia, marcado pelo agravamento da defasagem de aprendizagem. Enfatizou o movimento nacional, em tramitação no Senado e nas Câmaras Municipais pelo Brasil, que busca o reconhecimento e o apoio institucional ao trabalho dos psicopedagogos, classificados como terapeutas da aprendizagem. Em Nova Lima, citou como marco histórico o trabalho iniciado pelo CPP, onde a Sra. Nina Magnani foi pioneira na área, e apontou dois projetos relevantes: a reestruturação do CPP, que passa a contar também com a Secretaria de Saúde na sua administração, e a criação do Centro de Reabilitação e Estimulação do Neurodesenvolvimento, sendo a psicopedagogia uma das especialidades envolvidas. Adiantou que solicitaria uma audiência pública para ampliar o debate junto à comunidade e ao Legislativo sobre o papel da psicopedagogia no enfrentamento da defasagem da aprendizagem. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por quatorze votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.550/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Educação.

5) Projeto de Decreto Legislativo nº 477/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Confere o Diploma de Mérito Desportivo Antônio de Paula Pereira (Piula) ao Sr.



Giovani Henrique Silva de Assis e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Anísio Clemente Filho, Joselino Santana Dias e Viviane Gomes de Matos, para emissão de parecer.

6) Projeto de Decreto Legislativo nº 478/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Confere a Ordem do Grande Mérito Especial Legislativo Augusto de Lima, na categoria Mérito Especial, a Marcelo Guilherme de Aro Ferreira e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Danúbio de Souza Machado, Joselino Santana Dias e Cláudio José de Deus, para emissão de parecer. Com permissão da vereadora Viviane, os vereadores Wesley de Jesus Silva e Anísio Clemente Filho assinaram o projeto, e parabenizaram-na pela iniciativa. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.511/2025, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Nova Lima a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com a garantia prestada pela União, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Meio Ambiente.

2) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.531/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a criação do Comitê de Monitoramento da Assistência Farmacêutica do Município de Nova Lima, estabelece procedimentos para apuração de desabastecimento de medicamentos e sanções



administrativas em caso de omissão, e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Wesley de Jesus Silva, aprovou por treze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.533/2025, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima, através do seu Executivo Municipal, a desafetar área pública que indica e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Educação referente ao Projeto de Lei nº 2.534/2025, autoria dos vereadores Thiago Felipe de Almeida e Gliverson Júnio Dias Marques, que “Garante direitos à criança com TEA, com Altas Habilidades/Superdotação, com TDAH ou com outras atipicidades”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.535/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Autoriza e institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua do Município de Nova Lima, do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Educação referente ao Projeto de Lei nº 2.537/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública Municipal o Instituto Histórico e Geográfico do Alto Rio das Velha – IHGARV, e dá outras providências”. As



comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por treze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.539/2025, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2026 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 8) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.540/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 1.067, de 19 de dezembro de 1983, e altera parcialmente o quadro constante no art. 1º da Lei Municipal nº 3.193, de 31 de dezembro de 2024, majorando o valor destinado para a entidade que indica”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Wesley de Jesus Silva, aprovou por treze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 9) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.541/2025, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a desafetação das áreas públicas que indica e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, aprovou por treze votos a dispensa de pareceres e



interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.542/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de lei específica para a atualização da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, veda sua atualização por decreto no âmbito do Município de Nova Lima/MG, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão em Defesa da Habitação de Interesse Social. 11) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.544/2025, autoria dos vereadores Danúbio de Souza Machado e Wesley de Jesus Silva, que “Declara de Utilidade Pública a entidade Associação RAMA – Rede de Apoio de Mães Atípicas e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher. 12) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.545/2025, autoria dos vereadores Danúbio de Souza Machado e Nilton da Cruz Oliveira, que “Declara de Utilidade Pública o Instituto Cristiano Maia e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente. 13) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Resolução nº 196/2025, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre a denominação da Escola do Legislativo e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Joselino Santana Dias, aprovou por



treze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 14) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Resolução nº 197/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Institui o Banco de Ideias Legislativas no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 15) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 476/2025, autoria dos vereadores Viviane Gomes de Matos, Gliverson Júnio Dias Marques e Danúbio de Souza Machado, que “Concede o Título de Empresa Cidadã à Tenda Árabe Studio de Danças e Fitness, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Viviane Gomes de Matos, aprovou por treze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.531/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a criação do Comitê de Monitoramento da Assistência Farmacêutica do Município de Nova Lima, estabelece procedimentos para apuração de desabastecimento de medicamentos e sanções administrativas em caso de omissão, e dá outras providências”. O Plenário aprovou por treze votos emenda substitutiva apresentada pelo vereador Wesley de Jesus Silva, após o vereador justificá-la. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por treze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Conforme



deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.537/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública Municipal o Instituto Histórico e Geográfico do Alto Rio das Velhas – IHGARV, e dá outras providências”. O Plenário aprovou por doze votos emenda supressiva apresentada pelo vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, com a emenda, aprovado por doze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro agradeceu os vereadores pela aprovação do projeto. Reforçou o magnífico trabalho realizado pelo IHGARV há mais de vinte anos. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.540/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 1.067, de 19 de dezembro de 1983, e altera parcialmente o quadro constante no art. 1º da Lei Municipal nº 3.193, de 31 de dezembro de 2024, majorando o valor destinado para a entidade que indica”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por treze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por treze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.541/2025, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a desafetação das áreas públicas que indica e dá outras providências”. O Plenário aprovou por doze votos o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.541/2025 apresentado pelo Poder Executivo e pelo



vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, com o substitutivo, aprovado por doze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por doze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 196/2025, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre a denominação da Escola do Legislativo e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira e única votação, aprovado por doze votos e encaminhado à promulgação. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Decreto Legislativo nº 476/2025, autoria dos vereadores Viviane Gomes de Matos, Gliverson Júnio Dias Marques e Danúbio de Souza Machado, que “Concede o Título de Empresa Cidadã à Tenda Árabe Studio de Danças e Fitness, e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira e única votação, aprovado por doze votos e encaminhado à promulgação. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira: Requer ao Poder Executivo sinalização viária e reparos urgentes em diversas vias da Regional Noroeste, em especial no Bairro Balneário Água Limpa: a) Que a prefeitura realize, com urgência, a implantação de sinalização vertical e horizontal na via lateral do Bairro Balneário Água Limpa e nos principais cruzamentos da Regional Noroeste; b) Que seja promovida uma operação emergencial de tapa-buracos na via lateral mencionada; c) Que a prefeitura notifique formalmente a concessionária EPR – Via Mineira, requerendo: a



realização de uma reunião oficial com representantes da Câmara e da Prefeitura, para apresentação dos projetos previstos para o trecho da BR-040 que passa por Nova Lima, em caso de recusa ou ausência de resposta, que seja solicitada audiência pública para que a concessionária preste os devidos esclarecimentos à população. Aprovado, onze votos.

2) Autoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a canalização do esgoto para resolução dos problemas de saneamento básico na Rua Dona Maria da Glória, Bairro São Sebastião das Águas Claras, em frente à Escola Municipal Rubem Costa Lima. Aprovado, onze votos. O vereador Mael reiterou requerimento ao Poder Executivo para que atue de forma efetiva e execute emergencialmente obra de drenagem e esgotamento nas regiões de Honório Bicalho e Nova Suíça. Ressaltou que a prefeitura tem feito grandes obras na cidade, mas hoje, bastaram trinta minutos de chuva para que Honório Bicalho e, principalmente, o Nova Suíça sofressem novamente com a questão de drenagem e esgotamento, situação precária que já vem se arrastando por anos de governo. Relatou que em visita à Secretaria de Obras, acompanhado do secretário Marcelo e do Luiz, teve acesso ao projeto que, se executado, sanará o problema daquela região. Afirmou que no período da sua atuação na Regional Nordeste, batalhou em busca da criação deste projeto e, agora que está pronto, solicita o início do mesmo, em caráter de emergência, tendo em vista os transtornos causados às famílias que ali residem. Informou que segue anexo ao requerimento um abaixo-assinado com quase trezentas assinaturas solicitando a referida obra. O vereador Wesley de Jesus Silva parabenizou o vereador Mael pelo requerimento e sensibilidade. Com a permissão do vereador Mael, assinou o



requerimento, que foi aprovado por treze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva anunciou que ia fazer um requerimento referente à notícia veiculada pelo jornal ‘O Fator’, informando que o Município de Nova Lima pode deixar de receber verbas para a educação em razão da falta de envio de informações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e pela União. Afirmou que considera o assunto muito grave, sendo mais um ponto de alerta sobre a situação da educação no município, e enfatizou a importância de a Casa dar a devida atenção ao tema. Propôs e leu requerimento, solicitando ao Presidente da Câmara a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar a atuação de empresas concessionárias de transporte de passageiros do Município de Belo Horizonte que vêm operando de forma irregular no território de Nova Lima, especialmente na região do Bairro Vila da Serra. Objeto da CPI: investigar a atuação de empresas de transporte público e/ou complementar, vinculadas à concessão da Prefeitura de Belo Horizonte que vêm realizando embarque e desembarque de passageiros no território do Município de Nova Lima sem autorização legal, sem convênio intermunicipal ou instrumento jurídico válido que legitime tal operação. Finalidade: coletar elementos técnicos e jurídicos que subsidiem, ao final dos trabalhos, uma possível proposta de acordo de colaboração mútua entre os municípios de Nova Lima e Belo Horizonte, com vistas à formalização de um convênio ou termo de cooperação intermunicipal, que permita o embarque e desembarque de passageiros em bairros limítrofes, como o Vila da Serra e o Belvedere, desde que observadas as normas legais e a segurança dos usuários. O vereador Wesley,



considerando que havia somente a assinatura dele no requerimento, informou que havia espaço para a coleta das assinaturas dos demais vereadores. Após discussões, ponderações e sugestões dos vereadores Silvânio, Abner, Wesley e do Senhor Presidente, o vereador Wesley comunicou que encaminharia o requerimento aos demais vereadores. O Senhor Presidente esclareceu que o pedido apresentado pelo vereador Wesley se refere ao encaminhamento de um requerimento para avaliação dos demais vereadores, sendo apenas uma proposta, e não a abertura de uma CPI propriamente dita. Solicitou que cada vereador examinasse o pedido e, se concordar, assinasse o requerimento. Ressaltou que apenas com o mínimo de cinco assinaturas, exigido pelo Regimento Interno, o pedido será formalizado e, em seguida, encaminhado ao parlamento e à procuradoria da Casa para dar prosseguimento ao trâmite de abertura da CPI. Requerimento aprovado por treze votos. O Senhor Presidente determinou que o requerimento fosse encaminhado a todos os gabinetes, uma vez que o requerimento foi direcionado aos vereadores. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal que realize a fresagem das vias de acesso à Paróquia de Santa Efigênia, especificamente nas ruas Fernandes Tourinho e Paraná, no Bairro Cristais, atendendo ao ofício recebido do Pároco Padre Fernando Geraldo da Silva. Aprovado, doze votos. O vereador Anísio Clemente Filho propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo medidas para coibir conversões irregulares na Avenida Januário Carneiro, próximo ao trecho em frente à Rua Lúcio Bertoldo, e na Avenida Ribeirão Cardoso, esquina com a Rua Madre Teresa. Aprovado, doze votos. A vereadora Viviane Gomes de Matos propôs



requerimento, solicitando ao Poder Executivo melhorias nas casas de acolhimento de crianças e adolescentes, considerando as demandas que vêm sendo compartilhadas pelo Conselho Tutelar e pelas famílias. Destacou o pedido de uma estrutura de atendimento próprio às mães das crianças acolhidas, visando apoiar tanto as famílias quanto o desenvolvimento das próprias crianças. Propôs ainda a organização de visitas às unidades de acolhimento, junto ao Secretário de Desenvolvimento Social, para que o Legislativo e o Executivo, em parceria, avaliem as necessidades e implementem melhorias compartilhadas. Aprovado, doze votos. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal, com a devida urgência, que providencie junto à empresa Via Ouro o acréscimo de uma linha de transporte público que atenda, exclusivamente, aos bairros Alto do Gaia, Bela Fama e Nossa Senhora de Fátima. Justificou o requerimento. Aprovado, treze votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento, solicitando à Casa que envie moção de aplausos à Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa da Secretária Alice Neto Ferreira de Almeida, e ao Conselho Municipal de Saúde, na pessoa do Presidente Fabrício Souza Ribeiro, pelo sucesso da realização da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Nova Lima, ocorrida entre os dias 26 e 31 de maio de 2025, sob o tema “Nova Lima Pode Mais: Saúde Pública com Inovação, Acesso e Participação Popular”, que representou um marco significativo para a consolidação de uma saúde pública mais inclusiva, transparente e eficiente no município. Convidados pelo vereador Silvânio, os vereadores Mael e Gliverson assinaram a moção. Aprovado, treze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado pediu licença



para se retirar da reunião devido a um problema pessoal. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro propôs requerimento à Casa, solicitando a realização de audiência pública a pedido de duas instituições, cujos representantes em Minas Gerais e Nova Lima têm conversado diretamente com o gabinete dele: a Associação Brasileira de Psicopedagogia e o Sindicato dos Psicopedagogos do Brasil. Informou que a audiência visa discutir os desafios e a importância da psicopedagogia no cenário da educação de Nova Lima e do Brasil, principalmente no atual contexto de agravamento da defasagem escolar em decorrência da pandemia. Enfatizou ainda a discussão referente ao papel da psicopedagogia no futuro Centro Integrado de Reabilitação e Estimulação do Neurodesenvolvimento, que será implantado no município. Aprovado, doze votos. O vereador Anísio Clemente Filho propôs requerimento, solicitando o envio de moção de pesar pelo falecimento do senhor Hertton, mecânico pioneiro na cidade, proprietário da Hervolks, oficina destinada a veículos Volkswagen. Aprovado por doze votos, em nome da Casa. O Senhor Presidente informou que não havia apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos.

---